

## HOSPITAL GERAL DE JUIZ DE FORA

**Estudo Técnico Preliminar 96/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64580.000762/2026-52

**2. Descrição da necessidade**

2.1. O Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF) necessita aprimorar sua capacidade de transporte institucional, assegurando condições adequadas para o deslocamento de militares, servidores civis, pacientes e equipes técnicas que realizam atividades assistenciais, administrativas e de fiscalização vinculadas à missão hospitalar.

2.1.1 Atualmente possui apenas 03 (três) veículos destinados ao transporte de pessoal, conforme descrito abaixo:

2.1.1.1 Fiesta (Sedan 1.0), FORD, GMF6489, EB3471146697, 29/11/2010, R\$ 32.000,00, Motor QF9AB8119234;

2.1.1.2 Doblo (1.8 Essence), FIAT, GMF7830, EB3471229512, 11/09/2014, R\$ 57.000,00, VTP 07PSG (7 Lugares); e

2.1.1.3 Versa (1.6 S), NISSAN, GMF8471, EB3471509980, 17/12/2018, R\$ 59.990,00, VTP 05PSG (Viatura CMDO).

2.2. A aquisição de 02 (duas) minivans novas justifica-se pela avançada obsolescência da atual frota de transporte de pessoal (VTP) do Hospital Geral de Juiz de Fora, que conta com veículos incluídos em carga há mais de 15 anos (Ford Fiesta, 2010) e 11 anos (Fiat Doblo, 2014), conforme a Relação de Material Permanente do SISCOFIS. O tempo de uso prolongado acarreta um estado de antieconomicidade, com gastos crescentes em manutenções corretivas frequentes na SEÇ MNT TRNP e elevado consumo de combustível, comprometendo a segurança dos usuários e a continuidade das missões assistenciais e administrativas da Unidade, tornando a substituição por veículos zero quilômetro a solução tecnicamente mais eficiente e econômica para a Administração Pública.

2.3. O hospital realiza regularmente visitas domiciliares no âmbito do Programa de Atendimento Domiciliar (PAD), que exigem o transporte de equipes multiprofissionais compostas por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, fisioterapeuta, assistente social e outros profissionais da saúde.

2.4. As atividades do Programa de Atendimento Domiciliar requerem, ainda, o transporte de materiais e equipamentos clínicos portáteis, que demandam espaço interno compatível com a acomodação segura de pessoas e objetos, em condições adequadas de conforto e ventilação.

2.5. O Serviço de Auditoria Externa do HGeJF também realiza deslocamentos frequentes para inspeções, diligências, verificações contratuais e acompanhamento de unidades conveniadas e fornecedores, inclusive em outros municípios, demandando veículo com maior autonomia e confiabilidade mecânica.

2.6. Somam-se a essas rotinas as viagens a serviço realizadas por militares e servidores civis, que compreendem:

2.6.1. participação em capacitações, cursos e reuniões técnicas;

2.6.2. acompanhamento de pacientes em transferências e deslocamentos interinstitucionais;

2.6.3. apoio logístico a atividades administrativas e de manutenção;

2.6.4. representações oficiais e atividades vinculadas ao Sistema de Saúde do Exército.

2.7. A frota atualmente disponível encontra-se subdimensionada e com baixa disponibilidade operacional, o que tem gerado:

2.7.1. sobrecarga no uso dos veículos existentes;

2.7.2. necessidade de múltiplas viagens para atendimento de uma mesma demanda;

2.7.3. aumento de custos operacionais e consumo de combustível;

2.7.4. maior desgaste da frota e risco de interrupção de serviços essenciais.

2.8. A aquisição das duas minivans 7 lugares é medida necessária, adequada e vantajosa, pois permitirá:

2.8.1. otimização dos deslocamentos institucionais e assistenciais;

2.8.2. melhoria da eficiência e produtividade das equipes;

- 2.8.3. redução de custos com transporte e manutenção corretiva;
- 2.8.4. maior segurança e conforto aos passageiros;
- 2.8.5. garantia da continuidade dos serviços públicos prestados pelo HGeJF.

2.9. Para atendimento da demanda descrita, faz-se necessária a aquisição de veículo automotor novo, 0 km, cor branca sólida, padrão de frota oficial, primeiro emplacamento, com capacidade mínima para 07 (sete) passageiros, incluindo o motorista, ano/modelo 2024 ou superior, motorização bicomcombustível (flex), compatível com gasolina e etanol, com motorização mínima acima de 1.0 litro e potência mínima de 100 cv, possuindo 05 (cinco) portas, 03 (três) fileiras de bancos, direção elétrica ou hidráulica, transmissão manual ou automática, ar-condicionado com sistema de ventilação e recirculação de ar, vidros elétricos no mínimo nas portas dianteiras, travas elétricas nas portas, sistema de freios com ABS e EBD ou tecnologia superior, controle eletrônico de estabilidade e tração, airbags frontais para motorista e passageiro, desembaçador do vidro traseiro, alarme ou sistema de segurança original de fábrica, cintos de segurança de três pontos e apoios de cabeça para os ocupantes, além de todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação vigente do CONTRAN, devendo ser entregue novo, devidamente emplacado e licenciado em nome da União – Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF), acompanhado de manual do proprietário, certificado de garantia do fabricante e documentação necessária, com garantia mínima de 12 (doze) meses e prazo de entrega de até 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da Nota de Empenho, sendo aceitos veículos equivalentes ou superiores às especificações estabelecidas.

2.10. A presente medida está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como aos princípios do planejamento e da eficiência estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, que regem as contratações públicas.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxarifado	Ten feliciano

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. O objeto da contratação consiste na aquisição de 02 (duas) minivans automotivas, novas, zero quilômetro, ano/modelo 2024 ou superior, com capacidade mínima para 07 (sete) passageiros, incluindo o motorista, destinadas ao transporte de pessoal nas atividades assistenciais, administrativas, logísticas e de fiscalização do Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF).
- 4.2. Os veículos deverão apresentar características de desempenho, conforto, segurança e economia de combustível compatíveis com o uso institucional contínuo, em deslocamentos urbanos e intermunicipais, atendendo às demandas logísticas e operacionais do HGeJF, o objeto da presente contratação caracteriza-se **como bem comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo mercado, podendo ser descrito por especificações usuais amplamente disponíveis no setor automotivo, sem necessidade de desenvolvimento tecnológico específico ou solução personalizada.
- 4.3. Para atendimento da presente contratação, os veículos deverão possuir, no mínimo, as seguintes características técnicas: veículo automotor novo, 0 km, cor branca institucional, primeiro emplacamento, com capacidade mínima para 07 (sete) passageiros, incluindo o motorista, ano/modelo 2024 ou superior, motorização bicomcombustível (flex), compatível com gasolina e etanol, motorização mínima de 1.0 litro e potência mínima de 100 cv, possuindo 05 (cinco) portas, 03 (três) fileiras de bancos, sendo a terceira fileira rebatível ou removível, direção elétrica ou hidráulica, transmissão manual ou automática, ar-condicionado com sistema de ventilação e recirculação de ar, preferencialmente com saídas de ventilação para as fileiras traseiras, vidros elétricos no mínimo nas portas dianteiras, travas elétricas, sistema de freios com ABS e EBD ou tecnologia superior, controle eletrônico de estabilidade e tração, airbags frontais para motorista e passageiro, desembaçador do vidro traseiro, alarme ou sistema de segurança original de fábrica, cintos de segurança de três pontos e apoios de cabeça para os ocupantes, sistema de som com conectividade Bluetooth e entrada USB, além de todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação vigente do CONTRAN.
- 4.4. Os veículos deverão possuir porta-malas compatível com o transporte de bagagens, equipamentos e materiais institucionais, considerando a utilização simultânea das fileiras de assentos.
- 4.5. O veículo deverá possuir sistema de som com conectividade Bluetooth e entrada USB, painel multifuncional ou computador de bordo e indicadores de manutenção e consumo.
- 4.6. A cor dos veículos deverá ser branca sólida, padrão de frota oficial.
- 4.7. Os veículos deverão ser entregues devidamente licenciados e emplacados em nome da União – Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF).
- 4.8. Condições de entrega
- A entrega deverá ocorrer com:
- 4.8.1. tanque de combustível completo;
  - 4.8.2. macaco, chave de roda, triângulo, estepe e demais equipamentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito;

- 4.8.3. manual do proprietário;
- 4.8.4. chave reserva;
- 4.8.5. certificado de garantia do fabricante.

4.9. A garantia mínima deverá ser de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, ou conforme garantia oferecida pelo fabricante, prevalecendo a maior.

4.10. A contratada deverá assegurar rede de assistência técnica autorizada no território nacional, garantindo atendimento de manutenções preventivas e corretivas durante o período de garantia.

4.11. Os veículos deverão ser entregues totalmente novos, zero quilômetro, sem rodagem prévia, sendo transportados até as dependências do Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF) por meio de caminhão-plataforma ou caminhão-cegonha, de modo a evitar desgaste, quilometragem adicional ou avarias durante o traslado.

4.12. Alternativamente à entrega nas dependências do Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF), os veículos poderão ser retirados pela Administração diretamente na concessionária da contratada situada no município de Juiz de Fora/MG, mediante comunicação prévia entre as partes e apresentação da documentação necessária para o recebimento.

4.13. A entrega deverá ocorrer acompanhada de nota fiscal, documentação do veículo, termo de recebimento provisório e definitivo, conforme legislação vigente, assegurando o pleno atendimento das especificações técnicas e contratuais.

4.14. As especificações técnicas descritas neste documento possuem caráter mínimo e referencial, sendo aceitos veículos equivalentes ou superiores às características estabelecidas, desde que atendam às finalidades institucionais da Administração.

4.15. As exigências estabelecidas neste item foram definidas com base em critérios técnicos, operacionais e de economicidade, observando os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, não tendo por finalidade direcionar a contratação para marca ou modelo específico.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Em atendimento ao disposto na legislação vigente que rege as contratações públicas, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar soluções disponíveis capazes de atender às necessidades de transporte institucional do Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF).

5.2. A análise considerou veículos disponíveis no mercado nacional com capacidade mínima para 07 (sete) passageiros, motorização bicomcombustível (flex) e características compatíveis com o uso institucional em deslocamentos urbanos e intermunicipais.

5.3. Foram identificados no mercado brasileiro modelos de veículos classificados na categoria minivan ou utilitário esportivo de sete lugares, produzidos por diferentes fabricantes e amplamente utilizados por órgãos da Administração Pública em atividades administrativas e operacionais.

5.4. Entre os modelos disponíveis no mercado que atendem às características gerais da contratação destacam-se, exemplificativamente:

5.4.1. Chevrolet Spin

5.4.2. Citroën C3 Aircross

5.5. Os veículos identificados apresentam características técnicas compatíveis com as necessidades da Administração, tais como:

5.5.1. capacidade mínima para sete passageiros;

5.5.2. motorização bicomcombustível (flex);

5.5.3. sistemas de segurança ativa e passiva;

5.5.4. conforto e confiabilidade adequados para uso institucional.

5.6. Verificou-se que os veículos dessa categoria apresentam bom equilíbrio entre:

5.6.1. capacidade de transporte;

5.6.2. custo de aquisição;

5.6.3. consumo de combustível;

5.6.4. custo de manutenção;

5.6.5. disponibilidade de peças e assistência técnica.

5.7. Ressalta-se que os modelos mencionados possuem caráter meramente exemplificativo, não havendo direcionamento da contratação para marca ou modelo específico.

5.8. Serão admitidos veículos equivalentes ou superiores, desde que atendam às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

5.9. Dessa forma, conclui-se que a solução de aquisição de minivans com capacidade mínima para sete passageiros representa alternativa tecnicamente viável e economicamente adequada para atendimento das necessidades institucionais do Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF).

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta contempla a disponibilização de veículos automotores tipo minivan, com capacidade mínima para 07 (sete) passageiros, motorização flex (gasolina/etanol), transmissão manual e porta-malas com capacidade superior a 100 litros, destinados ao transporte de pessoal vinculado às atividades assistenciais, administrativas, logísticas e de fiscalização do Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF).

6.2. Para atender à demanda identificada, foram analisadas diferentes alternativas de mercado, conforme previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

6.2.1. Aquisição direta dos veículos (bens permanentes): solução que proporciona autonomia operacional e incorporação patrimonial à Administração, com custo concentrado na fase inicial e manutenção sob responsabilidade do HGeJF.

6.2.2. Locação de veículos com ou sem motorista: alternativa que transfere ao contratado a responsabilidade pela manutenção, seguro e eventual substituição dos veículos, reduzindo o investimento inicial, porém gerando despesa continuada ao longo do tempo.

6.2.3. Cessão, compartilhamento ou cooperação interinstitucional: hipótese de utilização de frota pertencente a outros órgãos públicos ou entidades militares, mediante termo de cooperação ou ajuste administrativo, quando houver disponibilidade operacional.

6.3. Após a análise das alternativas, verificou-se que a necessidade institucional possui caráter permanente e recorrente, exigindo disponibilidade imediata e contínua de transporte para as equipes multiprofissionais do Programa de Atendimento Domiciliar (PAD), para o Serviço de Auditoria Externa e para as viagens a serviço realizadas por militares e servidores civis do HGeJF.

6.4. Assim, a aquisição de duas minivans novas foi identificada como solução tecnicamente adequada e economicamente justificável, sem prejuízo de que, futuramente, a Administração avalie modelos complementares de locação ou cooperação interinstitucional, caso novas demandas ou restrições orçamentárias o recomendem.

6.5. A solução compreende a incorporação de 02 (dois) veículos zero quilômetro (ano/modelo 2024 ou superior), devidamente emplacados, licenciados e entregues por meio de transporte especializado (caminhão-plataforma ou caminhão-cegonha), prontos para uso e acompanhados de garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, ou conforme garantia do fabricante, conforme especificações técnicas e condições que serão detalhadas no Termo de Referência.

6.6. A presente proposta encontra-se alinhada ao Plano de Descentralização de Recursos Logísticos (PDR Log 2026) e ao Plano de Contratações Anual (PCA), em conformidade com as diretrizes do Exército Brasileiro, contribuindo para o aumento da eficiência operacional, da segurança e da continuidade dos serviços de saúde prestados pelo HGeJF, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade, previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A demanda identificada no âmbito do Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF) evidencia a necessidade de disponibilizar 02 (dois) veículos automotores tipo minivan, com capacidade mínima para 07 (sete) passageiros, zero quilômetro, ano de fabricação/modelo 2024 ou superior, destinados ao atendimento das atividades permanentes de transporte de pessoal e apoio logístico das diversas seções do hospital.

7.2. A quantidade de 02 (duas) unidades foi definida com base:

7.2.1. nas demandas operacionais simultâneas identificadas pelo Programa de Atendimento Domiciliar (PAD), pelo Serviço de Auditoria Externa e pelas viagens administrativas e técnicas realizadas por militares e servidores civis do HGeJF;

7.2.2. na análise da frota atual do HGeJF, que se encontra subdimensionada e com disponibilidade operacional limitada, impossibilitando atender de forma eficiente às solicitações de transporte interno e externo;

7.2.3. na necessidade de garantir a continuidade dos serviços essenciais, inclusive durante períodos de manutenção preventiva ou corretiva dos demais veículos da frota;

7.2.4. nas recomendações de eficiência logística e redução de custos operacionais, evitando deslocamentos redundantes e otimizando o uso dos recursos humanos e materiais.

7.3. O quantitativo total de 02 (duas) unidades é considerado suficiente e compatível com a necessidade atual e projetada para o exercício, atendendo de forma adequada às demandas do HGeJF sem gerar ociosidade de recursos públicos.

7.4. Caso ocorra aumento futuro da demanda operacional, o quantitativo poderá ser revisto e ajustado em planejamento posterior, mediante justificativa técnica e autorização da autoridade competente, em conformidade com os princípios do planejamento e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 271.430,52

8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na Pesquisa de Preços nº 42/2026, realizada por meio da plataforma oficial de compras públicas do Governo Federal (Compras.gov.br), em conformidade com a metodologia prevista no art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

8.2. A pesquisa considerou contratações públicas recentes realizadas por órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, envolvendo veículos automotores com características semelhantes ao objeto pretendido, totalizando 20 registros de contratações públicas homologadas.

8.3. A consolidação dos dados da pesquisa apresentou os seguintes parâmetros estatísticos:

Menor preço identificado: R\$ 119.726,00

Média da pesquisa: R\$ 135.715,26

Mediana: R\$ 138.000,00

Maior preço considerado: R\$ 150.818,00

Coeficiente de variação: 7,78%

8.4. Considerando que a média da pesquisa apresentou valor inferior à mediana, adotou-se como referência para a estimativa do valor da contratação a média dos preços obtidos, procedimento que evita superestimação do preço de referência e atende ao princípio da economicidade, conforme boas práticas de formação de preços na Administração Pública.

8.5. Dessa forma, o valor estimado unitário para aquisição de cada veículo foi definido em R\$ 135.715,26 (cento e trinta e cinco mil, setecentos e quinze reais e vinte e seis centavos).

8.6. Considerando a aquisição de 02 (duas) unidades, o valor total estimado da contratação corresponde a R\$ 271.430,52 (duzentos e setenta e um mil, quatrocentos e trinta reais e cinquenta e dois centavos).

8.7. O valor estimado contempla todos os custos necessários ao fornecimento do objeto, incluindo impostos, taxas, transporte até o Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF), preparação do veículo, garantia de fábrica e demais despesas necessárias à entrega definitiva em perfeitas condições de uso.

8.8. A estimativa apresentada demonstra compatibilidade com os valores praticados pela Administração Pública em contratações semelhantes, encontrando-se dentro da faixa predominante observada na pesquisa, que se concentra entre R\$ 130.000,00 e R\$ 145.000,00.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto da contratação, sempre que essa medida se mostrar técnica e economicamente viável e capaz de ampliar a competitividade do certame.

9.2. No caso da presente contratação, o objeto consiste na aquisição de 02 (dois) veículos automotores tipo minivan, com capacidade mínima para 07 (sete) passageiros, com especificações técnicas idênticas e destinadas ao mesmo tipo de utilização institucional no âmbito do Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF).

9.3. Considerando que os veículos possuem características técnicas semelhantes e serão utilizados para atender às mesmas atividades institucionais, entende-se que a aquisição em um único item não compromete a competitividade da licitação, tampouco restringe a participação de fornecedores.

9.4. Além disso, a contratação em item único proporciona vantagens administrativas e operacionais, tais como:

I – padronização da frota institucional, facilitando a gestão, manutenção e operação dos veículos;

II – simplificação da gestão contratual e do processo de recebimento dos bens;

III – maior eficiência logística na entrega e no suporte técnico do fabricante ou concessionária;

IV – possibilidade de obtenção de melhores condições comerciais em razão da aquisição conjunta.

9.5. Dessa forma, conclui-se que não se mostra vantajoso o parcelamento do objeto, sendo recomendada a realização da contratação em item único, contemplando as duas unidades previstas.

9.6. A solução adotada preserva os princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade da contratação pública, previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo adequada gestão dos recursos públicos e atendimento das necessidades institucionais do HGeJF.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Para a plena utilização da solução proposta não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que constituam condição prévia obrigatória para a aquisição dos veículos objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

10.2. A contratação pretendida refere-se à aquisição de 02 (duas) viaturas administrativas tipo minivan, com capacidade mínima para 07 (sete) passageiros, as quais serão incorporadas à frota do Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF) e utilizadas nas atividades institucionais de transporte de pessoal.

10.3. Ressalta-se que os veículos serão utilizados no âmbito da infraestrutura já existente do hospital, que dispõe de motoristas habilitados, sistema de gestão de frota, estrutura administrativa para controle de veículos e suporte logístico para abastecimento e manutenção, não sendo necessária a contratação prévia de serviços adicionais para sua operação.

10.4. Eventuais contratações futuras relacionadas à manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, abastecimento de combustível ou contratação de seguro veicular poderão ocorrer de forma independente, conforme planejamento logístico da Administração, sem caracterizar interdependência direta com a presente aquisição.

10.5. Dessa forma, conclui-se que não há contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à execução da solução proposta, sendo a aquisição dos veículos plenamente viável de forma autônoma.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação proposta encontra-se alinhada com o planejamento institucional do Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF) e com as diretrizes logísticas estabelecidas pelo Exército Brasileiro para o fortalecimento da capacidade operacional das organizações militares de saúde.

11.2. A demanda encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do órgão, instrumento de planejamento instituído pelo Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, que regulamenta a elaboração do planejamento anual de contratações no âmbito da Administração Pública Federal.

11.3. A identificação da contratação no PCA apresenta os seguintes dados:

Id PCA no PNCP: 00394452000103-0-000323/2026

Identificador da futura contratação: 160121-83/2026

Data de publicação no PNCP: 15/05/2025

Local: Juiz de Fora/MG

Fonte: Compras.gov.br

Total de itens: 1

Id do item no PCA: 104

Classe: 2320 – Veículos sobre rodas

Valor total estimado: R\$ 300.000,00

Data desejada para contratação: 31/12/2026

11.4. A contratação encontra-se alinhada às necessidades institucionais do Hospital Geral de Juiz de Fora, especialmente no apoio às atividades do Programa de Atendimento Domiciliar (PAD), às ações do Serviço de Auditoria Externa, às viagens a serviço de militares e servidores civis, bem como às demais atividades administrativas e assistenciais da organização.

11.5. A solução também está em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Descentralização de Recursos Logísticos (PDR Log 2026), contribuindo para a modernização da frota administrativa e para o fortalecimento da capacidade logística da organização militar.

11.6. A presente contratação encontra-se igualmente alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do Hospital Geral de Juiz de Fora, instrumento de gestão que estabelece diretrizes para promoção da sustentabilidade, uso racional de recursos e melhoria da eficiência administrativa no âmbito da organização.

11.7. Dessa forma, verifica-se que a presente contratação está devidamente integrada ao planejamento institucional, atendendo aos princípios do planejamento, eficiência, sustentabilidade e racionalização do gasto público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. A aquisição das 02 (duas) viaturas automotoras tipo minivan, zero quilômetro, ano de fabricação/modelo 2024 ou superior, proporcionará benefícios diretos e indiretos ao Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF), ampliando a capacidade de transporte institucional e otimizando as atividades logísticas, administrativas e assistenciais desenvolvidas pela organização.

12.2. Entre os principais benefícios esperados, destacam-se:

12.2.1. Aumento da eficiência operacional: ampliação da disponibilidade de transporte para atender simultaneamente diferentes setores do HGeJF, especialmente o Programa de Atendimento Domiciliar (PAD), o Serviço de Auditoria Externa e as missões administrativas da organização.

12.2.2. Melhoria da mobilidade institucional: atendimento mais ágil e eficiente às demandas de deslocamento de militares, servidores civis e equipes técnicas, garantindo maior rapidez nas ações de apoio hospitalar e administrativo.

12.2.3. Redução de custos logísticos: diminuição de despesas com transporte terceirizado, diárias e uso eventual de veículos pertencentes a outras Organizações Militares, possibilitando melhor aproveitamento dos recursos orçamentários disponíveis.

12.2.4. Padronização e renovação da frota: contribuição para a renovação gradual da frota administrativa, proporcionando maior padronização dos veículos utilizados, redução de paradas para manutenção e maior previsibilidade dos custos operacionais.

12.2.5. Aprimoramento da segurança e do conforto: veículos novos e devidamente equipados oferecem melhores condições de deslocamento, reduzindo riscos de falhas mecânicas, acidentes e desgaste do pessoal em serviço.

12.2.6. Sustentabilidade e eficiência energética: utilização de veículos com motorização flex (gasolina/etanol), com melhor desempenho ambiental e menor emissão de poluentes, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade estabelecidas no Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do HGeJF.

12.2.7. Apoio à continuidade dos serviços essenciais: garantia de mobilidade institucional mesmo durante períodos de manutenção preventiva ou corretiva de outros veículos da frota, assegurando a continuidade das atividades assistenciais e administrativas do hospital.

12.3. Em síntese, a contratação contribuirá de forma significativa para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Descentralização de Recursos Logísticos (PDR Log 2026), promovendo maior eficiência na gestão logística, melhor utilização dos recursos públicos, aumento da segurança operacional e melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade militar e civil atendida pelo Hospital Geral de Juiz de Fora.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Considerando que o Documento de Formalização da Demanda (DFD) já foi elaborado e aprovado e que a Equipe de Planejamento da Contratação se encontra formalmente designada por Portaria publicada em Boletim Interno, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas para continuidade do processo de contratação:

13.1.1. Consolidação da fase de planejamento da contratação, com a formalização e juntada aos autos dos seguintes documentos:

I – Documento de Formalização da Demanda (DFD);

II – Portaria de designação da Equipe de Planejamento da Contratação;

III – Estudo Técnico Preliminar (ETP);

IV – Pesquisa de preços elaborada conforme o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021;

V – memória de cálculo da estimativa de preços e documentos que lhe dão suporte.

13.1.2. Elaboração do Termo de Referência (TR), nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022, contendo a descrição detalhada do objeto, requisitos da contratação, critérios de aceitação, condições de entrega, garantias, obrigações da contratada, critérios de julgamento e demais condições da contratação.

13.1.3. Elaboração da minuta do edital de licitação e da minuta contratual, preferencialmente com utilização dos modelos padronizados da Advocacia-Geral da União (AGU) para pregão eletrônico destinado à aquisição de bens comuns.

13.1.4. Instrução do processo administrativo no Sistema de Protocolo Eletrônico de Documentos (SPED 3.0), com a juntada de todos os documentos da fase preparatória, observando a ordem cronológica dos atos administrativos.

13.1.5. Aplicação do Parecer Referencial nº 00001/2025/DIAQ/SCGP/CGU/AGU, relativo às licitações para aquisição de bens comuns com valor estimado de até R\$ 1.000.000,00, dispensando análise jurídica individualizada, desde que certificada nos autos a adequação da contratação às orientações constantes no referido parecer.

13.1.6. Preenchimento e juntada aos autos da Lista de Verificação (checklist) da Advocacia-Geral da União, indicando a localização de cada documento exigido no processo, conforme orientação constante no referido parecer.

13.1.7. Preenchimento e assinatura do Atestado de Adequação ao Parecer Referencial, certificando que o processo de contratação atende integralmente às condições estabelecidas na manifestação jurídica referencial.

13.1.8. Publicação do edital de licitação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema Compras.gov.br, garantindo ampla publicidade e transparência ao procedimento licitatório.

13.1.9. Designação do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, conforme o Decreto nº 11.246/2022.

13.1.10. Designação formal do gestor e dos fiscais do contrato, conforme os arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

13.2. Todas as etapas deverão observar os princípios do planejamento, eficiência, transparência, isonomia e vantajosidade, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como as diretrizes do Plano de Descentralização de Recursos Logísticos (PDR Log 2026) e do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do HGeJF.

13.3. O cumprimento dessas providências garantirá que o processo de contratação das 02 (duas) viaturas tipo minivan transcorra de forma regular, tecnicamente fundamentada e alinhada ao planejamento logístico e orçamentário do Hospital Geral de Juiz de Fora, assegurando a eficiência administrativa até a assinatura do contrato e o recebimento definitivo dos bens.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. A contratação para aquisição de 02 (duas) viaturas automotoras tipo minivan destinadas ao transporte institucional do Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF) pode gerar impactos ambientais indiretos associados principalmente ao consumo de combustíveis, emissão de gases poluentes e geração de resíduos decorrentes da manutenção e substituição de componentes automotivos ao longo do ciclo de vida dos veículos.

14.2. Entre os principais impactos ambientais potenciais associados ao objeto da contratação, destacam-se:

I – emissão de gases de efeito estufa decorrentes da combustão de combustíveis automotivos;

II – consumo de recursos naturais utilizados na fabricação, manutenção e operação dos veículos;

III – geração de resíduos sólidos decorrentes da substituição de componentes automotivos, tais como pneus, baterias, filtros, peças mecânicas e lubrificantes;

IV – necessidade de destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos ao longo da vida útil dos veículos e ao final de sua utilização.

14.3. Com o objetivo de mitigar os impactos ambientais identificados, a contratação deverá observar critérios e práticas de sustentabilidade, tais como:

I – aquisição de veículos com motorização flex (gasolina/etanol), possibilitando o uso de combustível renovável e contribuindo para a redução das emissões de poluentes;

II – preferência por veículos que atendam às normas ambientais e aos padrões de emissão estabelecidos pelos órgãos reguladores nacionais;

III – adoção de práticas de manutenção preventiva periódica, garantindo maior eficiência energética, menor consumo de combustível e maior vida útil dos veículos;

IV – observância das normas ambientais relativas à destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos, incluindo pneus, baterias, filtros e óleos lubrificantes, conforme legislação ambiental vigente e sistemas de logística reversa aplicáveis;

V – consideração do ciclo de vida do objeto, buscando maior durabilidade, eficiência operacional e menor impacto ambiental ao longo da utilização dos veículos;

VI – incentivo à racionalização do consumo de combustíveis e à condução eficiente dos veículos, contribuindo para a redução do impacto ambiental da frota institucional;

VII – observância das diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de Logística Sustentável do HGeJF, que orienta a adoção de práticas de sustentabilidade, racionalização do uso de recursos e redução de impactos ambientais nas contratações públicas.

VIII – atendimento às normas ambientais vigentes no país, especialmente aos limites de emissão estabelecidos pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), ou regulamentação ambiental que venha a substituí-lo.

14.4. Considerando as medidas mitigadoras descritas, conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são limitados, controláveis e compatíveis com a natureza do objeto, não representando impedimento para a aquisição pretendida.

14.5. A adoção das medidas acima descritas contribui para o atendimento ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como às orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, que recomenda a consideração dos impactos ambientais e do ciclo de vida do objeto nas contratações públicas.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Após a realização das análises técnicas, operacionais e de mercado constantes neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe de Planejamento da Contratação conclui que a aquisição de 02 (duas) viaturas automotoras tipo minivan, zero quilômetro, com capacidade mínima para 07 (sete) passageiros, destinadas ao transporte institucional do Hospital Geral de Juiz de Fora (HGeJF), mostra-se tecnicamente viável, operacionalmente necessária e economicamente vantajosa para a Administração.

15.2. A solução proposta atende às necessidades institucionais identificadas no Documento de Formalização da Demanda (DFD), possibilitando a melhoria da capacidade de transporte de equipes multiprofissionais do Programa de Atendimento Domiciliar (PAD), do Serviço de Auditoria Externa e das atividades administrativas e logísticas do HGeJF.

15.3. A análise das alternativas de mercado demonstrou que a aquisição dos veículos como bens permanentes representa a solução mais adequada para atender à demanda institucional de caráter contínuo e permanente, garantindo disponibilidade imediata, maior autonomia operacional e melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida do objeto.


15.4. A contratação encontra-se alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA), ao Plano Diretor de Logística Sustentável do HGeJF, bem como às diretrizes de planejamento e governança das contratações públicas estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

15.5. Considerando as análises realizadas quanto à necessidade institucional, estimativa de quantidades, estimativa de preços, impactos ambientais, requisitos técnicos e benefícios esperados, declara-se viável a contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento do processo para as etapas subsequentes de planejamento e instrução da licitação.

15.6. A presente declaração de viabilidade é emitida pela Equipe de Planejamento da Contratação, para fins de instrução do processo administrativo de contratação, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente  
 ALEXANDRE FELICIANO DE ALMEIDA  
Data: 11/03/2026 07:59:39-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ALEXANDRE FELICIANO DE ALMEIDA**

Integrante Requisitante



Documento assinado digitalmente  
**ALEXSANDER MARQUES DOS SANTOS**  
Data: 11/03/2026 09:04:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ALEXSANDER MARQUES DOS SANTOS**

Integrante Administrativo



Documento assinado digitalmente  
**RAFAEL FERREIRA DE SOUZA**  
Data: 11/03/2026 08:20:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**RAFAEL FERREIRA DE SOUZA**

Integrante Técnico

Despacho: Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar



Documento assinado digitalmente  
**ANDREIA MARTINELLI SOBREIRA**  
Data: 14/04/2026 13:50:36-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ANDREIA MARTINELLI SOBREIRA**

Ordenadora de Despesas do HGeJF